



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 2 • nº 01 • 13 a 19/02/2005 • ISSN 1809-6182

Especiais:

16/02/2005 - Hamasp.01

Hamas é a sigla para a expressão árabe Harakat al-Muqawamah al-Islamiya, o que quer dizer Movimento de Resistência Islâmica.

Análises:

17/02/2005 - Segundo mandato de Bush: polêmicas, mudanças e continuidades.....p.03

A composição do gabinete do presidente George W. Bush para a consecução de seu segundo mandato resulta em polêmicas concernentes aos seus impactos, em especial, no âmbito da política externa estadunidense.

Resenhas

16/02/2005 - Contencioso entre Venezuela e Colômbia é discutido entre presidentesp.07

Os presidentes Hugo Chávez [Venezuela] e Álvaro Uribe [Colômbia] reuniram-se na terça-feira dia 15 para discutir o impasse entre os países acerca da captura de um dos líderes do movimento esquerdista colombiano que teria ocorrido em território venezuelano.

18/02/2005 - Rússia e a redefinição do Leste europeu p.10

Rússia tenta restabelecer, através de uma política externa assertiva, zona de influência sobre as ex-repúblicas soviéticas perdida desde o fim da Guerra Fria.

Hamas

Especial
Perfil

Bernardo Hoffman Versieux
16 de fevereiro de 2005

Hamas é a sigla para a expressão árabe Harakat al-Muqawamah al-Islamiyya, o que quer dizer Movimento de Resistência Islâmica.

Hamas é a sigla para a expressão árabe Harakat al-Muqawamah al-Islamiyya, o que quer dizer Movimento de Resistência Islâmica. O Hamas tem sua base organizacional e ideológica no movimento de Irmandade Muçulmana, movimento surgido em 1920 no Egito e se estendeu por todo o mundo árabe promovendo ações sociais, religiosas e educacionais de forma a reforçar a cultura muçulmana na região.

A partir desse contexto, o Hamas ganhou popularidade através dos apoios socioeconômicos que realizou aos grupos de refugiados, principalmente na faixa de Gaza. O aumento do nacionalismo palestino também foi fator para o crescimento da popularidade do grupo. O grupo desenvolveu, ao longo do tempo, um sistema social alternativo daquele exercido pela Organização pela Libertação da Palestina (OLP), marcado pelas contribuições ativas ao povo palestino e pela ideologia mais incisiva contra a ocupação israelense dos territórios palestinos. Com esse crescimento de popularidade, as ações do Hamas se estenderam para Síria, Líbano e outros países do Golfo Pérsico.

O objetivo central do grupo é o estabelecimento de um Estado islâmico em toda a Palestina, incluindo todo o território de Israel. Para cumprir tal aspiração os meios utilizados são: a escalada do conflito armado e, mais

amplamente, a Jihad¹ de todo o mundo islâmico a favor da causa. O primeiro estágio seria a Jihad para a libertação de toda a Palestina.

A estrutura da organização subdivide-se em quatro partes: a estrutura; a violência popular; a segurança e as publicações. A estrutura é: o recrutamento de árabes engajados na causa, a distribuição de fundos dentro da organização e a preparação de novas ações. A violência popular são os atentados propriamente ditos. A segurança é a coleta de informações e o seqüestro e assassinatos dos suspeitos de atuarem contra o grupo. E as publicações são as aparições dos membros nos meios da mídia através de discursos.

Desde o início da Intifada, a força militar do grupo dividiu-se em vários grupos menores que tinham por objetivos aumentar a eficiência das ações e tornar mais difícil a ação do serviço secreto israelense. Os atentados terroristas do Hamas são marcados pela intensidade, realizando os atentados suicidas mais marcantes e traumáticos para a população israelense. Os atentados também se

¹ Guerra santa que visa, primeiramente, o retorno do grande império árabe constituído durante Idade Média na região do Oriente Médio e, posteriormente, a extensão dessa guerra a todo o mundo. A implementação do islamismo em todo o mundo seria a libertação das pessoas para a verdade de Deus descrita no Corão.

caracterizam por não se concentrarem em uma região do território, mas as principais ações ocorreram na capital Tel-Aviv.

Esse grupo terrorista é financiado por diversas instituições diferentes e também por alguns países. O maior parceiro do grupo é o Irã, que, segundo se estima, destinaria aproximadamente 3 milhões de dólares por ano ao Hamas. O grupo arrecada muitos fundos a partir de doações para caridade. Essas doações provêm também de doadores em países do Ocidente: nos Estados Unidos; no Reino Unido; na Alemanha, na Bélgica, na Holanda e na França. Também há a contribuição de muitos países do Golfo Pérsico e até mesmo de instituições dentro de Israel. Além disso, o próprio grupo realiza projetos lucrativos em território palestino.

Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos, o Reino Unido e Israel promovem ações de forma a restringir as possibilidades de arrecadação de fundos para grupos terroristas de forma mais incisiva, seja a inspeção da origem do dinheiro até tornar essas organizações de arrecadação ilegais juridicamente.

Outra ação recente de Israel é a tentativa maciça de desestruturar a organização para tentar por fim nas ações terroristas, principalmente aos atentados suicidas. Essas ações são marcadas por assassinatos dos principais dos líderes da organização, por ataques à infra-estrutura do grupo e detenções de militantes, de forma a fazer com que o grupo perca sua estrutura interna e não possa mais se reorganizar.

Por esse contexto, o Hamas passa por um momento delicado. As ações israelenses estão surtindo efeitos e, associadas à queda da arrecadação do grupo, provocaram de fato uma redução no número de atentados realizados pela organização. Enquanto alguns especialistas acreditam na derrota do grupo terrorista, outros acreditam que o Hamas esteja reorganizando-se e novos

atentados não demorarão a acontecer

Referência

Sites:

[Federation of American Scientists](#)

[HamasOnline - Islamic Resistance Organization](#)

[International Policy Institute for Counter-Terrorism](#)

Segundo mandato de Bush: polêmicas, mudanças e continuidades

Análise
Segurança

Layla Dawood
17 de fevereiro de 2005

A composição do gabinete do presidente George W. Bush para a consecução de seu segundo mandato resulta em polêmicas concernentes aos seus impactos, em especial, no âmbito da política externa estadunidense.

Após a reeleição do presidente estadunidense George W. Bush, observou-se uma série de mudanças no que tange aos membros que comporiam o governo em seu segundo mandato. Ainda em 2004, renunciaram John Ascroft (Procurador Geral), Donald Evans (Secretário de Comércio), Rod Paige (Secretário de Educação), Spencer Abraham (Secretário de Energia) e Tom Ridge (Secretário de Segurança Territorial Doméstica). Dentre tais mudanças, obtiveram especial atenção as renúncias do Secretário de Estado Colin Powell e de seu vice, Richard Armitage.

Ao contrário de presidentes anteriores que usaram seu segundo mandato na busca de objetivos menos ambiciosos — em comparação com seus primeiros mandatos — George W. Bush acredita ter ganhado capital político nas últimas eleições e afirma que o dispenderá na consecução de grandes mudanças. Dentre suas propostas, destacam-se a reestruturação do sistema de segurança social estadunidense e o objetivo de combater as tiranias que ainda compõem o sistema internacional, enfatizado no tradicional discurso denominado *State of the Union*. Segundo o presidente, grandes mudanças requerem novos líderes, daí a profunda reformulação de seu gabinete.

O comentarista Uriah Kriegel argumentou que, apesar da vitória nos estados da Flórida e de Ohio e do aprofundamento da maioria republicana no Senado, parte considerável do país não apóia o presidente, o que poderia comprometer a viabilidade de futuros mandatos republicanos. Assim, as reformas no gabinete e na agenda de governo deveriam servir ao intuito de atrair os eleitores de centro-esquerda, empreendendo diretrizes menos direitistas e mais moderadas. O referido comentarista apóia a substituição de figuras controversas, não pela qualidade dos trabalhos realizados, mas pelo impacto de tal investida no que tange à opinião pública. Nesse sentido, do ponto de vista do partido republicano, a saída do procurador geral John Ascroft teria sido positiva, uma vez que seu conservadorismo insuflava reações contrárias ao chamado Ato Patriótico, dificultando a implementação de medidas nele contidas que objetivariam o combate ao terrorismo.

No entanto, inúmeras críticas foram dirigidas a George W. Bush em face das nomeações que se seguiram às referidas renúncias. Ressaltou-se que a preocupação com a lealdade pautava o processo de escolha dos secretários. Segundo Maureen

Dowd, a nomeação de Condoleezza Rice para o posto de Secretária de Estado teria sido mera consequência de sua lealdade a George W. Bush, sendo que vários dos demais secretários teriam sido escolhidos por sua proximidade com o presidente e não por suas qualificações para os respectivos cargos. Finalmente, o presidente foi acusado de valer-se dos mesmos critérios utilizados por seu pai na composição do próprio gabinete.

É interessante observar que as mesmas acusações emergiram quando da composição do primeiro gabinete de George W. Bush. Sustentou-se que a devoção ao pai por parte do presidente recém-eleito aliada ao critério de lealdade moviam as nomeações. Nesse sentido, de início, a escolha de Dick Cheney para vice-presidente teria sido feita em função de sua vasta experiência, em especial como membro do governo de George H. Bush, visando a retomar as diretrizes daquela administração. O mesmo foi dito acerca da escolha de Colin Powell, *Chairman of the Joint Chiefs* (Junta de Estado Maior) do ex-presidente George H. Bush, para Secretário de Estado e de Condoleezza Rice, que também foi membro daquele governo, para Conselheira de Segurança Nacional. Ressaltou-se, ainda, a proximidade pessoal entre Paul O'Neill (Secretário do Tesouro) e o vice-presidente Dick Cheney. Em suma, previa-se que tamanha lealdade e proximidade impediriam a formulação, por parte dos secretários e demais membros do governo, de análises isentas e divergentes entre si; o que, além de salutar, é essencial no auxílio à tomada de decisões presidenciais.

Em sentido oposto, à época, muito se falou sobre a limitação intelectual de George W. Bush e sua consequente incapacidade de escolha entre possíveis opções divergentes apresentadas por seus secretários. A inexperiência de George W. Bush em assuntos de política externa foi igualmente destacada.

Não obstante, de acordo com a percepção

de Michael M. Rosen, após os eventos de 11 de setembro de 2001, o presidente teria se revelado um chefe de estado mais confiante, guiando seu gabinete e não sendo conduzido por este. Fato que levou comentaristas que previam sua subordinação em relação ao gabinete a afirmarem que, embora o presidente tenha adquirido convicção inequívoca do curso de ação que deseja seguir, tal curso seria fruto de uma visão simplista ou equivocada da cena internacional. Assertiva que, a despeito de apresentada sob nova roupagem, visa a destacar a inépcia do presidente na condução de seu segundo mandato, endossando o argumento daqueles que afirmam que, ao contrário de se submeter aos membros de seu gabinete, o presidente faria sua escolha em função da concordância dos mesmos com as diretrizes por ele traçadas. Recentemente, prevalece, portanto, a acusação de que o critério de lealdade pautava a escolha dos novos secretários.

Michael M. Rosen sustenta que as diversas acusações relativas à configuração do gabinete do primeiro mandato de George W. Bush provaram-se equivocadas. No que tange à questão da lealdade, esta não parece ter sido o critério decisivo de escolha no primeiro mandato, uma vez que secretários como Colin Powell, Paul O'Neill e Christine Todd Whitman (Meio-ambiente) teriam representado vozes dissonantes no âmbito da administração anterior. Desse modo, se as previsões alarmantes de quatro anos atrás acabaram não sendo concretizadas, haveria razões para acreditar que as presentes acusações referentes às nomeações de Condoleezza Rice (Secretária de Estado), Margaret Spellings (Educação) e Alberto Gonzales (Justiça) tampouco o seriam, particularmente, em razão de uma suposta tendência inerente a chefes de organizações burocráticas de desenvolverem uma relação de lealdade com as mesmas e seus interesses específicos.

Além disso, o referido analista acusa a

mídia internacional de ignorar circunstâncias essenciais relativas aos novos nomeados na ânsia de comprovar sua tese de que estes foram nomeados em função de sua devoção a George W. Bush. A exemplo, Alberto Gonzales seria membro de uma organização de identidade mexicana-estadunidense (La Raza) que defende a flexibilização do controle da imigração, algo dissonante das propostas já feitas pelo presidente acerca da problemática, bem como do posicionamento dos chamados neo-conservadores. Assim, seriam mais plausíveis manchetes midiáticas que apresentassem a possibilidade de que as novas escolhas ameacem a ortodoxia conservadora, ao invés de ressaltarem o jargão "mais do mesmo".

No que se refere a Condoleezza Rice, mesmo que se assuma que a lealdade ao presidente tenha sido um dos fatores primordiais para sua nomeação — o que, em si, não é algo inovador no meio político e, portanto, nada espantoso — uma breve retrospectiva de sua vida acadêmica e política evidencia suas credenciais para o cargo. Lecionou na Universidade de Stanford, sendo especialista em Europa Oriental e questões soviéticas. Ao final da Guerra Fria, serviu ao governo de George H. Bush no Conselho de Segurança Nacional e como Assistente Especial para Assuntos de Segurança Nacional, sendo a primeira mulher a tornar-se Conselheira de Segurança Nacional e a segunda a assumir a Secretaria de Estado.

Críticas à parte, concretizadas as nomeações, analistas internacionais questionam as possíveis repercussões da conformação do novo governo dos EUA no âmbito da política externa deste país. Há quem destaque, de forma saudosista, a moderação de Colin Powell, apontando seus desentendimentos com os demais membros do gabinete do presidente George W. Bush à época da Guerra do Iraque, em oposição à linha dura de Condoleezza Rice, o que poderia resultar

em um recrudescimento da política externa dos EUA.

Acredita-se, entretanto, que, em verdade, Colin Powell possuía pouca influência junto a George W. Bush em relação aos demais membros do governo. Há, ainda, quem coloque em questão sua suposta moderação, destacando o caráter eminentemente retórico da mesma. Estes se baseiam no fato de que Colin Powell foi o responsável pela apresentação ao Conselho de Segurança da ONU das provas relativas à existência de armas de destruição em massa no Iraque, as quais visavam a justificar a ação militar naquele país. No entanto, há falhas no referido argumento, pois, naquela oportunidade, realizava sua função na qualidade de diplomata maior de seu país, o que não autoriza a conclusão de que tal ato demonstra seu apoio à política de viés intervencionista.

Por sua vez, republicanos tidos como mais conservadores teriam declarado ser positiva a nomeação de um membro que respalde realmente as diretrizes de política externa de George W. Bush, o que contribuiria para eliminar um suposto foco de distensão entre o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa e consolidar a política externa estadunidense. Tal mudança resultaria, ainda, em maior coordenação entre o Departamento de Estado, a Casa Branca, o Conselho de Segurança Nacional e o Pentágono.

Analistas europeus destacam que a nomeação de Condoleezza Rice, ao contrário do apregoado por muitos, poderia trazer benefícios no âmbito das relações entre os EUA e a Europa, bem como com os demais aliados estadunidenses, na medida em que a ex-Conselheira de Segurança não apenas concorda com as diretrizes de política externa de George W. Bush, mas tem suas opiniões endossadas pelo presidente. Assim, há quem sustente que os termos colocados por Rice não apenas estarão em

concordância com as concepções de política externa de George W. Bush, mas também apresentam maior probabilidade de serem efetivamente levados a cabo pelo presidente.

Em recente visita à França, a Secretária de Estado, valendo-se de um tom acadêmico e até amigável, declarou diante de uma platéia de estudantes, políticos e intelectuais que os países europeus em conjunto e os EUA deveriam deixar diferenças de lado e unir esforços no intuito de construir um novo Iraque e forjar a paz no Oriente Médio. A menção ao fato de que uma Europa unida seja do interesse dos EUA parece ter sido feita em resposta ao desconforto insuflado por uma declaração do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld em 2003 de que existiria uma "nova Europa", a favor dos EUA, e uma "velha Europa", contrária aos objetivos estadunidenses. Condoleezza Rice buscou, portanto, evidenciar interesses comuns que justificassem a ação conjunta entre os dois lados do Atlântico.

O novo Ministro das Relações Exteriores francês, Michael Barnier, ao contrário de seu antecessor, Dominique de Villepin, mostrou-se aberto ao diálogo pacífico com as autoridades estadunidenses, chegando a desculpar uma declaração de Condoleezza Rice que, há alguns meses, quando questionada acerca de como os EUA deveriam lidar com os opositores europeus à Guerra do Iraque, respondeu: "Perdoe a Rússia. Ignore a Alemanha. Puna a França"; dizendo que o estado de coisas entre os dois países sofreu mudanças desde então. A exemplo, França, Alemanha e o Reino Unido vêm empreendendo esforços para persuadir o Irã a abandonar seu programa de enriquecimento de urânio. Contudo, o presidente francês Jacques Chirac declarou que, caso os esforços dos referidos países juntamente com a UE e a AIEA não obtenham sucesso, apoiará a demanda do governo estadunidense de enviar o caso ao Conselho de Segurança da ONU.

No que se refere ao leste asiático, questiona-se em que medida as políticas estadunidenses relativas ao programa nuclear da Coreia do Norte possam adquirir feições menos condescendentes. O tema da proliferação nuclear foi destacado pelo candidato democrata durante as eleições. Contudo, há quem afirme que a atual administração não focalizará suas atenções naquele país, ou porque julgue que uma tal investida seria muito árdua, dispendendo recursos ora concentrados na região de maior interesse aos EUA na atualidade, o Oriente Médio, ou porque acredite que a atual administração atribua o problema e a responsabilidade de sua resolução às potências regionais. Quanto aos países árabes e muçulmanos, a nomeação de Condoleezza Rice teria gerado incerteza dentre aquelas autoridades que acreditavam que a reeleição de George W. Bush significaria a inteira continuidade das diretrizes da política estadunidense para a região. Finalmente, no que se refere à América Latina e à África, não são esperadas grandes mudanças em relação ao desdém característico do primeiro mandato.

Referência

[BBC News](#)

[Le Monde](#)

[Straftfor](#)

[The Brookings Institution](#)

[The Central Station](#)

[The New York Times](#)

Contencioso entre Venezuela e Colômbia é discutido entre presidentes

Resenha
Segurança / Economia e Comércio / Integração Regional

Jéssica Naime
16 de fevereiro de 2005

Os presidentes Hugo Chávez [Venezuela] e Álvaro Uribe [Colômbia] reuniram-se na terça-feira dia 15 para discutir o impasse entre os países acerca da captura de um dos líderes do movimento esquerdista colombiano que teria ocorrido em território venezuelano.

Na terça-feira, 15 de fevereiro, os presidentes Hugo Chávez e Álvaro Uribe reuniram-se no Palácio de Miraflores, em Caracas, para consolidar o fim do contencioso entre Venezuela e Colômbia acerca da prisão de um dos líderes das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), Rodrigo Granda.

Em dezembro último, o governo colombiano anunciou a prisão do membro das FARC, alegando que sua captura ter-se-ia dado na cidade de Cacuta, Colômbia, localizada próximo à fronteira com a Venezuela. O governo de Chávez, no entanto, declarou que Granda teria sido seqüestrado na capital Caracas por oficiais colombianos e então sendo levado para Cacuta. Chávez acusou as autoridades colombianas de desrespeito à soberania do país e exigiu uma retratação por parte do governo da Colômbia. Houve ainda manifestações populares na Venezuela contra a intervenção colombiana em seu território.

O governo colombiano sustentou que nenhum de seus oficiais teria invadido o território venezuelano, porém admitiu ter contratado mercenários e subornado oficiais venezuelanos para que facilitassem a captura de Rodrigo Grana, que possui nacionalidade venezuelana e

colombiana. Acusou ainda o governo de Chávez de ser simpatizante da causa marxista e facilitar a entrada de guerrilheiros colombianos em seu território.

As relações bilaterais foram suspensas por parte da Venezuela, e seu representante na embaixada da Colômbia retornou ao seu país. A construção de um gasoduto, orçado em \$200 milhões, que ligará os dois países permitindo o escoamento do combustível venezuelano à costa do Pacífico e aos mercados na Ásia e oeste estadunidense, foi interrompida.

As autoridades da Venezuela exigiram uma retratação formal do governo de Uribe, que após relutar, emitiu uma declaração afirmando apenas que “tal fato não iria se repetir”. Depois de ter anunciado que o impasse poderia ter tomado graves proporções, Chávez aceitou a declaração de Uribe e foi marcada a reunião oficial entre os dois presidentes, em Caracas, para formalizar o fim do contencioso.

A questão tomou grandes proporções, na medida em que o governo de Chávez acusa os Estados Unidos de querer dismantelar seu poder na Venezuela utilizando-se da dita influência que exerce sobre a autoridade colombiana, classificando o governo de Álvaro Uribe

como títere. A situação agravou-se ainda pelo fato de a Colômbia não ter se apressado em pronunciar no sentido de desculpar-se pelo incidente com o vizinho.

De acordo com jornais venezuelanos, o ponto crítico seria a discordância do governo George Bush com relação à política petrolífera adotada pelo presidente Chávez, que entre outras mudanças, estatizou companhias petrolíferas. A Venezuela abriga em seu território uma das maiores reservas de petróleo do mundo, tendo como seu maior importador os Estados Unidos. Este, por sua vez, depende da importação para abastecer seu mercado interno. Segundo analistas, com a relativa instabilidade no Oriente Médio, é crucial para os Estados Unidos garantir o fornecimento da energia necessária ao país, diversificando sua fontes do combustível. Na perspectiva estadunidense, tornar-se-ia inseguro contar com o petróleo venezuelano com a permanência de um governo cujas relações bilaterais são debilitadas – perpassando apenas pelo comércio.

O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Ali Rodríguez, declarou que os Estados Unidos teria intenção de invadir a Venezuela e que o governo estaria comprando armamento bélico da Rússia para sua defesa. O governo venezuelano informou ainda que estaria ampliando seu mercado consumidor, ao diversificar sua cartela de países importadores, direcionando a princípio para a China. Os Estados Unidos, por sua vez, teria informado que buscaria diferenciar suas fontes de petróleo, dependendo cada vez menos do petróleo da Venezuela.

Entretanto, especialistas insistem que apesar das declarações dos Estados Unidos e da Venezuela demonstrando intenção de afastamento das relações comerciais e políticas, tal fato não se consolidaria. Primeiro porque os Estados Unidos não conseguiria redirecionar suas fontes de petróleo tão facilmente quanto declarado, considerando, dentre outros

fatores, a instabilidade no Oriente Médio. E a Venezuela, mesmo diversificando seus compradores, não conseguiria dispor de todo o volume de petróleo que é atualmente importado pelos Estados Unidos.

Os dados podem corroborar tal afirmação. Os Estados Unidos são atualmente o maior importador de petróleo mundial, com uma parcela de 23% do total das importações. Destas, a Venezuela participa com 12%, sendo o quarto país exportador da *commodity*. O principal exportador, a Arábia Saudita, é responsável por 17%. De fato o Estados Unidos possuem uma carteira de exportadores de petróleo bastante diversificada e desconcentrada, entretanto, considerando o percentual do principal exportador, os 12% remetidos pela Venezuela se tornam significativos. Por sua vez, o principal importador do combustível venezuelano são os Estados Unidos, com 47% do total, e a segunda posição importa 20%, proporcionalmente com uma diferença de mais de 100%.

Após os desdobramentos gerados, a reunião dos chefes de Estado em Caracas veio pôr um fim no impasse, que através de um comunicado conjunto declararam intenções de ajuda mútua com relação aos problemas originados pela guerrilha colombiana. Álvaro Uribe reconheceu que a guerrilha gera transtornos aos países vizinhos e pediu uma melhor comunicação entre governos e os órgãos responsáveis pela segurança nacional no que se refere à “luta contra o terrorismo e grupos insurgentes, para evitar impasses diplomáticos como este”.

Questionado sobre a luta contra o terrorismo, Chávez declarou que este conceito deveria ser reavaliado em todo o mundo, e afirmou que a Venezuela continuará a engendrar esforços para combatê-lo, sem ter, no entanto, se referido especificamente às FARC.

Os presidentes reafirmaram os acordos econômicos e de cooperação que

estiveram paralisados durante a crise diplomática, como também se garantiu a continuação das obras do gasoduto que ligará os dois países.

Os chanceleres Alí Rodríguez e Carolina Barco, da Venezuela e Colômbia respectivamente, terão um encontro no domingo próximo para empenhar os esforços na melhora de comunicação entre os países com a constituição de uma Comissão Binacional que tratará dos interesses nas relações entre os vizinhos.

Referência

[BBC NEWS](#)

[Brazil Trade Net](#)

[El Espectador](#)

[El Nacional](#)

[STRATFOR](#)

Rússia e a redefinição do Leste europeu

Resenha
Segurança

Bernardo Hoffman Verxieux
18 de fevereiro de 2005

Rússia tenta restabelecer, através de uma política externa assertiva, zona de influência sobre as ex-repúblicas soviéticas perdida desde o fim da Guerra Fria.

Desde o final da Guerra Fria, os países do Leste europeu tornaram-se cada vez mais ligados ao mundo ocidental¹, tanto pela abertura econômica ao capitalismo, quanto pela abertura política ao processo de democratização. Nesse contexto, pôde-se perceber uma perda gradual de poder e influência por parte da Rússia sobre essa mesma região.

Analistas internacionais acreditam que a Rússia busca manter sua influência sobre as ex-repúblicas soviéticas, seja de forma declarada com acordos de cooperação e apoio a várias candidaturas à presidência, seja de forma não declarada, suspeita-se do uso de espionagem, fraudes eleitorais e até assassinatos políticos.

O governo de Vladimir Putin, primeiro ministro desde 2001, é marcado pelo recrudescimento da política externa russa frente ao Leste europeu. Esse processo delimita-se pela presença expressiva do país em processos eleitorais, com a presença do próprio presidente e vários ministros em comícios e outros eventos pré-eleições, como tentativa de eleger políticos ligados à Rússia e não ao Ocidente.

Acredita-se que outro fator importante para mudança no posicionamento russo tenha sido os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O posicionamento estadunidense de intolerância frente aos grupos terroristas, respaldado pelo sistema internacional, permitiu que o governo alterasse o modo como lidava com as questões separatistas. Os grupos separatistas que utilizavam ações violentas, como no caso de Beslan, foram considerados grupos terroristas e seus movimentos estão sendo suprimidos pelo Estado. Esse contexto também provocou uma mudança na política externa da Rússia, que passou a apoiar uma ação mais incisiva das ex-repúblicas soviéticas no controle dos seus respectivos movimentos separatistas.

Dois recentes acontecimentos são vistos pelos analistas internacionais como exemplos da influência russa sobre as ex-repúblicas soviéticas. Primeiro, as eleições presidenciais na Ucrânia ocorridas no final de 2004, nas quais acredita-se ter havido um envolvimento da Rússia nas fraudes eleitorais. E segundo, a morte do primeiro ministro da Geórgia no início de 2005, a qual acredita-se ter sido um assassinato político realizado pelo próprio serviço secreto russo.

O processo eleitoral na Ucrânia foi marcado pelas denúncias de fraudes tanto

¹ Por mundo ocidental e Ocidente entende-se como os Estados Unidos e a União Européia.

pelo partido opositor, quanto pelos observadores internacionais. Estes apontaram ações ilegais em favor do candidato da situação, pró-Moscou.

Considera-se o envolvimento da Rússia, visto sua reação de congratulação diante do resultado inicial em favor do candidato da situação, enquanto os outros países do sistema internacional claramente condenavam o processo eleitoral do país. E também, pela visitas do, então, primeiro ministro ucraniano à Rússia para aconselhamento diante do impasse político que se instalou no país.

A Suprema Corte da Ucrânia considerou as eleições ilegais e um novo segundo turno foi realizado. Nesse momento, o candidato a oposição foi eleito com a maioria absoluta dos votos, o que representou um forte derrota à Rússia, visto que o novo primeiro ministro tem como objetivo político uma aproximação com o Ocidente, com União Européia e com a OTAN.

A morte do primeiro ministro da Geórgia ocorreu no início de fevereiro. A versão oficial do governo georgiano foi que a morte do primeiro ministro foi causada por envenenamento por gás devido a uma falha no sistema de aquecimento de sua residência. As suspeitas em torno dessa versão começam pelo fato de que o sistema de aquecimento era recém instalado, com poucas probabilidades de falhas. Outro fato levantado é que o primeiro ministro teria sido agredido antes de sua morte, o que explicaria marcas de agressões perto da boca, versão refutado pelo governo.

Vários especialistas e integrantes do próprio governo não aceitaram a versão oficial do governo. Estes crêem que a morte do primeiro ministro tenha sido na verdade um assassinato político e o principal suspeito é o serviço de inteligência russo, visto a incompatibilidade de políticas dos dois países frente a questão dos movimentos separatistas. O primeiro ministro da

Geórgia tinha um caráter democrático, que delimitava todo seu governo. Em relação aos grupos separatistas, o primeiro ministro buscava reiteradamente as negociações e o diálogo, o que contrapunha a política adotada pela Rússia.

A Rússia declarou apenas não ter nenhum comprometimento com o caso e que as suspeitas eram infundadas. Acredita-se que mesmo sem uma participação no acontecimento, a Rússia tornou-se suspeita por causa da sua influência sobre a Geórgia e pela delicada situação da região fronteiriça dos dois países em relação aos movimentos separatistas.

Observa-se que a política externa atual da Rússia não é a configuração de um caso pontual. O que se caracteriza é um movimento gradual do país em busca do poder e da influência que se tinha durante o período da Guerra Fria. Por fim, especialistas vêem que este processo tende a se tornar cada vez mais nítido e delimitado no cenário internacional, visto a centralização de poder e a política externa mais assertiva imprimidas por Vladimir Putin.

Referência

[BBC](#)

[BBC Brasil](#)

[Folha de São Paulo](#)

[The New York Times](#)

Ver também:

02/12/2004 - [Ucrânia: entre a Rússia e o Ocidente](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Bernardo Hoffman Versieux; Camila Martins A. Gontijo; Carolina Dantas Nogueira; Daniel Ferreira Mendes; Jéssica Naime; Layla Dawood; Luciana Corrêa Costa; Sílvia H.G. Canêdo; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>